

Editorial 49 – A distribuição da despesa pública e a sua sustentabilidade

Por: Heitor Carvalho e Agostinho Mateus

A DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO NO OGE 22

Tabela/Gráfico 1 — OGE 2022 face ao OGE 2021 — Despesa por função

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Relativa	% sobre OGE 2021	% sobre OGE 2022	% sb receita não-petrolífera 2021	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2021	% sb o PIB não-petrolífero 2022	Proposta CINVEST EC	Dif. Relativa à proposta do CINVEST EC (p.p.)
Sector Social e Segurança pública	4 147,2	4 338,4	4,6%	50,3%	47,2%	86,9%	79,9%	11,0%	10,6%	75,5%	28,3
Educação	1 207,3	1 244,8	3,1%	14,6%	13,5%	25,3%	22,9%	3,2%	3,1%	15,0%	1,5
Saúde	1 004,3	905,5	-9,8%	12,2%	9,9%	21,0%	16,7%	2,7%	2,2%	14,0%	4,1
Protecção social	662,1	639,2	-3,5%	8,0%	7,0%	13,9%	11,8%	1,8%	1,6%	35,0%	20,6
Habitação e serviços comunitários	370,9	684,6	84,6%	4,5%	7,4%	7,8%	12,6%	1,0%	1,7%		
Segurança pública	836,6	773,4	-7,6%	10,1%	8,4%	17,5%	14,2%	2,2%	1,9%	10,0%	1,6
Outros:	66,1	90,9	37,6%	0,8%	1,0%	1,4%	1,7%	0,2%	0,2%	1,5%	0,5
Assuntos económicos	1 235,1	1 362,9	10,3%	15,0%	14,8%	25,9%	25,1%	3,3%	3,3%	16,5%	1,7
Defesa	740,1	750,6	1,4%	9,0%	8,2%	15,5%	13,8%	2,0%	1,8%	4,0%	-4,2
Serviços públic. gerais e Assuntos Ec. gerais, comerciais e laborais	2 125,4	2 740,1	28,9%	25,8%	29,8%	44,5%	50,5%	5,6%	6,7%	4,0%	-25,8
Total sem Juros	8 247,8	9 192,0	11,4%	100,0%	100,0%	172,8%	169,3%	21,9%	22,6%	100,0%	0,0
Juros	3 306,6	3 021,0	-8,6%	40,1%	32,9%	69,3%	55,7%	8,8%	7,4%		
Total geral	11 554,4	12 213,0	5,7%	140,1%	132,9%	242,0%	225,0%	30,6%	30,0%		

Fonte: MinFin.

Somámos a segurança pública com as despesas sociais porque parte significativa dela é destinada à função social de protecção dos cidadãos. Não gostamos de ver a segurança pública junto com a defesa, que, essa sim, é um organismo de protecção do Estado, enquanto a primeira é um organismo de defesa dos cidadãos. Sabemos que não é assim que o nosso Estado e a CRA vêm a função de segurança pública; mas por isso mesmo não nos cansamos de repetir que é assim que ela deveria ser vista.

A comparação com a despesa fiscal exclui juros e despesa financeira.

Esta soma cresce, em termos reais, 4,6%, representando perto de 11% do PIB não-petrolífero, descendo de 50% para 47% da despesa e de cerca de 87% para 79% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar de 47% para cerca de 75% da despesa!

A Educação cresce 3,1% em termos reais, representando cerca de 3% do PIB não-petrolífero, descendo de 14,6% para 13,5% da despesa e de cerca de 25% para 23% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria regressar aos 15% da despesa!

A saúde decresce cerca de 10% em termos reais, representando menos de 3% do PIB não-petrolífero, descendo de 12,2% para 9,9% da despesa e de cerca de 21% para cerca de 17% da receita não-petrolífera. Não se compreende esta redução da despesa real com a saúde num quadro de forte deficiência sanitária: pensamos que deveria passar de 10% para cerca de 14% da despesa!

A protecção social decresce 3,5% em termos reais, representando menos de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 8% para 7% da despesa e de cerca de 14% para 12% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar de 7% para cerca de 25% da despesa! Este é o principal problema do nosso Estado: tenta subsidiar e tratar de tudo em vez de transferir rendimentos para os mais necessitados!

A habitação social cresce 85% em termos reais. Cresce sempre exponencialmente em vésperas de eleições! Passa de 1,0% para 1,7% do PIB não-petrolífero, aumentando de 4,5% para 7,8% da despesa e de cerca de 8% para 12% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 8% para cerca de 10% da despesa!

Contudo, aqui o problema é outro, porque nenhuma da actual despesa em habitação é despesa social!

Trata-se de habitações para a classe média e para funcionários públicos que deviam ter o seu problema resolvido pelo mercado. Como o Estado não permite o acesso a terrenos e a livre actuação dos promotores e demais agentes imobiliários, não existem habitações a preço de mercado para as classes intermédias. Reconhecendo o problema político e social que é a falta de habitação para a classe média, o Estado promove a sua solução, em vez de fazer habitação social, destinada aos mais necessitados, que assim ficam totalmente desprotegidos e desprovidos de condições dignas de habitação. É necessário que o Estado deixe o mercado actuar e que dirija os seus esforços para garantir uma habitação minimamente condigna para os mais pobres!

A segurança pública decresce 7,6% em termos reais, representando cerca de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 10,1% para 8,4% da despesa e de 17,5% para 14,0% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 8% para cerca de 10% da despesa! A segurança dos cidadãos e das empresas é um assunto muito importante para a melhoria do ambiente de negócios. É certo que o *deficit* de meios da segurança pública tem sido resolvido na execução. Mas não é assim que o problema se resolve.

Os outros serviços sociais crescem 37%, mas são meramente residuais, representando cerca de 0,2% do PIB não-petrolífero, subindo de 0,8% para 1,0% da despesa e de 1,4% para 1,7% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 0,8% para cerca de 1,5% da despesa. Há muito para fazer no que diz respeito à cultura e desporto!

Os assuntos económicos crescem cerca de 10% em termos reais, representando cerca de 3,3% do PIB não-petrolífero, mantendo-se em cerca de 15% da despesa e em cerca de 25% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveriam passar dos actuais 15% para cerca de 16,5% da despesa, centrando-se, nesta fase, nas infraestruturas de transporte, energia e águas. O problema mais importante da nossa agricultura reside na falta de infraestruturas de transporte e na inexistência de camionistas e comerciantes fora das grandes cidades. É esse o problema que temos de resolver; depois virá a produtividade agrícola, mas não antes de se resolver o problema da comercialização!

A defesa cresce 1,4%, em termos reais, representando cerca de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 9,0% para 8,2% da despesa e de 15,5% para 13,8% da receita não-petrolífera. Na defesa temos o problema social dos antigos militares, que deve ser resolvido, passando a despesa social das Forças Armadas para a esfera do apoio social. Após esta clarificação, a defesa não deve ultrapassar os 4% da despesa.

O segundo grande problema do nosso OGE, depois da insuficiência do apoio social aos mais necessitados, é a monstruosidade da burocracia de Estado, que cresce quase 30% (as eleições poderão justificar parcialmente este aumento), representando cerca de 7% de toda a riqueza não-petrolífera e passando de cerca de 26% para 30% da despesa e de cerca de 44% para 50% da receita não-petrolífera. O gasto com os serviços gerais do Estado corresponde, hoje, a 50% do que pagamos em impostos! Deve baixar drasticamente dos actuais 30% para não mais de 4% da despesa!

É preciso fazer uma autêntica revolução antiburocrática no país. É que esta despesa, além de cara, é extremamente prejudicial à economia e à vida dos cidadãos!

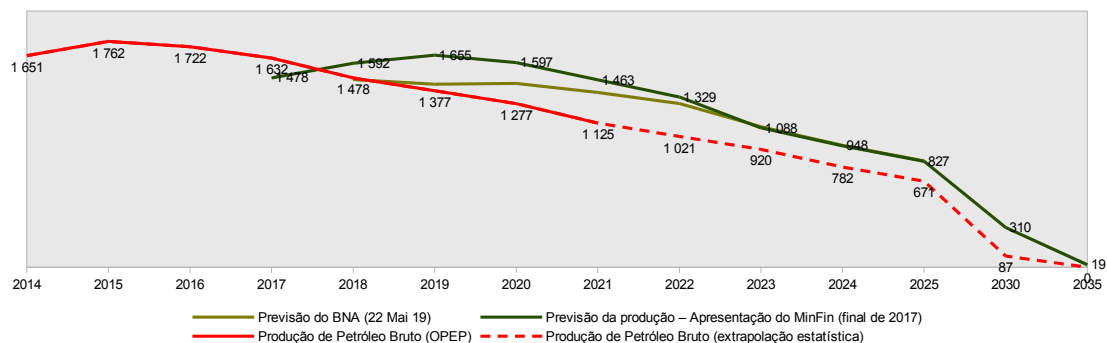
A despesa pública é pouco eficaz e necessita de ser radicalmente melhorada para que os impostos dos cidadãos sejam bem empregues. Um papel fundamental nesta revolução de eficácia que é necessário introduzir cabe à simplificação dos processos, outro à sua execução.

O programa simplifica necessita de se transformar numa verdadeira revolução anti-burocrática eliminando as normas desnecessárias ou inexecutáveis na actual fase do nosso desenvolvimento.

Porém, há um gravíssimo risco, também, na execução. Há que definir critérios de produtividade, premiar quem cumpre e penalizar os incumpridores; as chefias devem ser responsabilizadas pela execução dos processos sob sua tutela, não sendo aceitável escudar-se sob a ineficácia das suas chefias intermédias.

A SUSTENTABILIDADE DA DESPESA PÚBLICA

Tabela/Gráfico 2 — Comparação da produção de petróleo e previsões



Fontes: BNA, MinFin e OPEP.

A previsão da produção petrolífera para 2025 situa-se em 800 mil barris/dia, baixando para 300 mil em 2030. A produção efectiva tem-se situado abaixo das previsões (Tabela/Gráfico 2). Se nada se alterar, atingiremos 800 mil barris em 2023 e 300 mil em 2028!

O total da despesa por função no OGE 22 corresponde a 225% da receita não-petrolífera e 30% do total da riqueza não-petrolífera criada no país!

Os juros correspondem, no OGE 22, a 56% da receita não-petrolífera!

Dentro de 5 anos deixaremos de ter rendimentos petrolíferos relevantes.

Temos uma legislatura para passar de um orçamento sustentado pelos rendimentos petrolíferos (125% da despesa é suportada pelos rendimentos petrolíferos) para um orçamento sustentado pelos nossos impostos.

É necessário aumentar a receita fiscal com base no alargamento da base tributária e não nas taxas dos impostos; é necessário reduzir a despesa ao que é verdadeiramente importante e torná-la, primeiro, mais eficaz e, depois, mais eficiente; é fundamental reduzir o peso dos juros.

Aproveitemos o actual excedente da receita petrolífera para o fazer, antes que a situação se torne insustentável!

Luanda, 11 de Abril de 2022